

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XI)

O PRIMEIRO PASSO DO REINO DA ITÁLIA

A proclamação do Reino da Itália em 17 de março de 1861 pelo Rei do Piemonte Vittorio Emanuele II era apenas o primeiro passo rumo à Itália unificada, ainda muito longe de sua consolidação. O próprio Cavour, um dos mais importantes artífices deste acontecimento, reconhecia que a caminhada estava apenas começando. Neste sentido vale a pena repetir duas frases proferidas em seu primeiro discurso na Câmara. "Si é fata l'Italia. Ora bisogna fare gli italiani". (A Itália está feita. Agora, é preciso fazer os italianos). Isto confirma que não existia nem a Itália e, muito menos, existiam os italianos.

Para que o Estado italiano alcançasse o nível de organização já atingido pela França, havia muitas dificuldades a superar. Internamente, digamos, os maiores obstáculos eram os Estados Pontifícios e a República de Veneza. Externamente era preciso expulsar o grande inimigo, a Áustria, que ainda dominava o norte, inclusive a região de Trento, denominada de Trentino. Era preciso, também, neutralizar a influência da França, ainda que ela tenha favorecido, em alguns momentos, o processo de unificação.

Agora duas observações sobre alguns fatos interessantes que podem colaborar para a compreensão de situações vividas pelos imigrantes e da definição das fronteiras do oeste da Itália.

A primeira diz respeito aos imigrantes provenientes da região de Trento. Na época a imigração, esta região pertencia à Áustria. Os mais antigos, provavelmente, devem ter ouvido falar dos "sensa bandiera" – os sem bandeira, ou sem nacionalidade. – Os outros imigrantes, em especial os vênnetos, quando queriam provocar um trentino o chamavam de "sensa bandiera", em alusão ao fato de ele pertencer ao Império Austríaco. Mais recentemente, quando o governo italiano, numa iniciativa diplomática pioneira, criou o estatuto da dupla cidadania, os descendentes de imigrantes trentinos foram excluídos deste benefício, exatamente por não pertencerem à Itália por ocasião da emigração. Hoje, esta exclusão não existe mais.

A segunda observação refere-se ao fato da anexação de Veneza ao Reino da Itália em 1866. O texto, publicado na semana passada neste jornal, faz alusão a este episódio. Para mostrar que o movimento de independência do Vênneto não é um movimento sem consistência, vou trazer aqui o depoimento do italiano Ettore Beggiano, publicado na revista *Insieme* nº. 109, janeiro de 2008. Ettore, formado em Sociologia, declara que desde o primeiro momento que ouviu falar da autonomia do Vênneto tornou-se simpatizante, como conseqüência, disse: "fui um dos primeiros a entrar na Liga Vêneta, ainda em fase embrionária". Um dos pontos mais atacados pela Liga Vêneta é a suposta farsa do referendo ocorrido em 1866. O tal referendo popular teria sido imposto após a batalha de Lissa em que os vênnetos foram vencidos pelos exércitos italianos.

A lembrança destes fatos serve para mostrar que o processo de unificação da Itália não foi uma tarefa pacífica. Muitas lutas e muitas mortes ocorreram. Certamente esses acontecimentos estavam muito presentes nas decisões dos que partiram para outras terras em busca de nova vida. É bom não esquecer que as emigrações italianas já aconteciam desde 1830, mesmo para o Brasil, ainda que timidamente.

A Itália, mesmo depois da unificação, dizem os historiadores, era uma pátria para poucos. Por exemplo, a partir de 1861, o ano do início da unificação, apenas 600 mil eram eleitores, isto porque o direito ao voto era adquirido mediante o pagamento de uma soma significativa, despesa que poucos podiam assumir.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XII)

A UNIFICAÇÃO EM PERIGO

Submeter os diferentes estados autônomos a um governo central exigia contrariar muitos interesses e privilégios dos governantes regionais e seus apadrinhados. Entretanto, pode-se dizer que este não foi o maior obstáculo a superar para se chegar à unidade. As forças militares internas e externas, certamente, ofereceram sérias dificuldades, mas estas foram sendo vencidas em parte pelo apoio popular, que se manifestava espontaneamente em diferentes regiões, e, em grande parte, pelo gênio de estrategista militar de Garibaldi.

Como facilmente acontece nestes movimentos, o perigo maior surge das discordâncias ideológicas ou de interesses pessoais dos líderes responsáveis pelos rumos a serem tomados por um movimento revolucionário. Na Itália não foi diferente.

As grandes tensões aconteceram entre os defensores de uma Itália unida e republicana, cujos líderes maiores eram Mazzini e Garibaldi, e os defensores de uma Itália monárquica, comandados por Cavour e, obviamente, pelo maior interessado o rei do Piemonte, Vittorio Emanuele II.

A primeira manifestação destas tensões aconteceu, ainda que não diretamente ligada à questão de República ou Monarquia, e sim por interesses de seus protagonistas, mas que no final alcançaria a proposta do sistema de governo.

O grande responsável foi Camilo Benso (1810-1861), o Conde de Cavour. Ele fora expulso do exército piemontês pelas suas idéias liberais. Mas 1848 é eleito deputado e em 1851 se torna ministro, para no ano seguinte ser elevado a primeiro ministro. Depois por não concordar com as negociações de permutas de territórios entre o rei e Napoleão III demite-se. Em 1860 volta ao governo do Piemonte e faz com que o rei volte atrás das negociações anteriores. Desta forma, Napoleão III reconhecia a anexação da Toscana e da Emília por meio de um plebiscito ao Reino do Piemonte. Em contrapartida Napoleão III, o rei francês, incorporaria ao seu território Nizza – hoje Nice – e a Savoia.

Garibaldi não queria aceitar que Nizza (Nice), sua terra natal, ficasse fora do território da sua sonhada Itália unificada. De nada adiantaram seus protestos. Foi o primeiro sapo que teve que engolir. Entretanto, ele não abandonou as lutas, que apenas estavam começando, pela unificação da Itália. Em abril de 1860 estourou uma revolta na cidade de Palermo. Garibaldi, ciente do fato, reuniu mil voluntários. São jovens, estudantes, camponeses geralmente famintos dispostos para o que der e vier. A bordo de dois barcos, o “Piemonte” e o Lombardo”, chega à Sicília, já com mais reforços de outros “picciotti” (rapazolas), e em 7 de setembro do mesmo ano Garibaldi, com suas tropas, entra triunfalmente em Nápoles. O rei Bourbon do reino de Nápoles foge e os seus soldados, uns o abandonam, outros se incorporam às forças garibaldinas.

Neste momento chega o ponto crucial das divergências entre republicanos e monarquistas. O feito espetacular de Garibaldi assustou Cavour. Ele apressadamente adverte o rei, que parte com seus soldados ao encontro de Garibaldi. Estava a perigo seu projeto de monarquia. Para salva-lo poderia haver um confronto entre os dois exércitos, afinal, Garibaldi, pelas leis da guerra, poderia ter-se proclamado o novo governante absoluto dos territórios que conquistara Surpreendentemente para uns, e normalmente para os que conheciam os ideais garibaldinos, ele preferiu entregar ao rei os territórios que conquistara. Como ele bem disse, não queria que houvesse uma guerra civil fratricida, isto comprometeria definitivamente o processo de unificação. A unidade da Itália estaria em primeiro plano. Foi assim que se tornou possível proclamar o Reino da Itália.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XIII)

AS DIFICULDADES DE ACOMODAÇÃO

O gesto de Garibaldi de colocar seu ideal republicano em segundo plano diante do projeto de unificação significou, numa linguagem popular, engolir o segundo sapo, mas em linguagem política assegurou a continuação do processo de unificação. No fundo, pelas atitudes um tanto ambíguas após a triunfante conquista do sul da Itália e proclamar-se seu governante absoluto em nome do rei, Garibaldi dava mostras que, no momento, a instauração da república seria uma empreitada difícil. Talvez tenha pensado que depois da unificação o outro passo seria instalar a república.

Com isso Garibaldi se aproximou, ainda que a contra gosto, de Cavour e foi se afastando de Mazzini. Cavour, além de ser um competente ideólogo tinha um projeto político bem definido em torno de um estado monárquico com base no reino do Piemonte-Sardenha para a futura Itália.

Mazzini, ao contrário, era um defensor intransigente do regime republicano. Sua importância foi mais ideológica do que prática, o que o relegou a um segundo plano nos confrontos bélicos. Sua situação piorou com a adesão de Garibaldi à causa de Vittorio Emanuele II e de Cavour e a debandada da maioria dos nacionalistas, seus partidários, que reconheceram em Cavour, em Garibaldi e em Vittorio Emanuele II, os verdadeiros condutores da unificação. Estes fatos levaram a separar a unificação da Itália da reforma social e política proposta por Mazzini.

Neste sentido, quero lembrar que a não implantação dessas reformas provocou, em grande parte, a emigração em massa da população italiana.

Ainda a respeito de Mazzini. Para mostrar o quanto ele era radical em suas posições, basta lembrar que, após a proclamação do Reino da Itália, ele fora eleito deputado ao parlamento, mas renunciou à deputação por negar-se a ter que prestar juramento ao rei Vittorio Emanuele II.

Há um terceiro momento muito delicado que poderia ter aniquilado o processo de unificação. Isto não aconteceu, reconhecem os historiadores, graças ao bom senso de Garibaldi. Ele já mostrara que colocara como prioridade a unificação sobre a importância do regime político que a Itália adotaria. Este seria o terceiro sapo engolido por Garibaldi.

Mas vamos aos fatos que geraram este novo impasse. Já foi dito anteriormente que Garibaldi aceitou entregar ao rei Vittorio Emanuele II os territórios por ele conquistados no sul da Itália. Fato ocorrido em Nápoles e já narrado aqui.

Garibaldi, ao entregar os territórios, exigiu que "as honras das armas fossem assinaladas para o seu exército, bem como um lugar para os seus soldados no exército piemontês". Neste momento o Reino da Itália ainda não fora proclamado.

Tudo parecia acordado, entretanto o que aconteceu foi inacreditável. E para ser mais fiel ao fato vou transcrever as palavras de Carlo Castagna: "Alguns dias depois, porém, os garibaldinos em formação desde a madrugada na praça San Carlo esperaram em vão pela homenagem do rei. Humilhado, Garibaldi à noite embarca para Caprera, blasfemando como um condenado! Se pudesse, desta vez bem saberia contra quem atirar! E o teria feito com certeza!". Este não foi um sapo qualquer, mas um sapo gigante que Garibaldi engoliu..

Garibaldi não era de desistir. Pelo contrário, volta com mais força, talvez, mais raiva. Quem, na guerra dos Farrapos, transportou seus barcos da Lagoa dos Patos para o mar puxados por juntas de bois não abandonaria o projeto da Itália unificada. E voltou.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XIV)

OS ÚLTIMOS PASSOS DA UNIFICAÇÃO

Os artífices da unificação, teóricos e práticos, haviam aparentemente harmonizado suas divergências para continuar lutando pela total integração do território ao já proclamado Reino da Itália. Com uma exceção, Mazzini, que pela sua radical recusa ao regime monárquico, acabara isolado tendo que partir para o exílio.

Cavour, reconhecidamente, o pensador mais hábil e astuto na condução do processo unificador, sabia quando era preciso avançar e quando devia recuar. Soube pressionar o seu rei (do Piemonte) para não deixar que Garibaldi tomasse conta do movimento em nome da sua meteórica e bem sucedida campanha no sul da Itália. Ao mesmo tempo, soube reconhecer que Garibaldi era um estrategista militar inigualável e indispensável para completar o mapa territorial do Reino da Itália. O rei, o mais interessado em manter o poder, seguia os conselhos do seu primeiro ministro. Tanto o rei quanto Cavour sabiam que a unificação da Itália jamais aconteceria sem a genialidade militar de Giuseppe Garibaldi. "Se no c'era Garibaldi l'Italia no la faceva nessuno".

Por fim, Garibaldi, tinha gravado, diríamos hoje, em seu DNA a exigência de que Roma devia ser a capital do Reino da Itália. Tal sonho o ajudou a continuar na frente das lutas esquecendo algumas traições, entretanto, jamais esqueceria, como ele dizia, a maior traição: a entrega de sua cidade natal, Nizza, aos franceses.

Garibaldi, depois de seu breve retiro na ilha de Caprera, onde se retirara magoado pelo tratamento que recebera do rei do Piemonte, volta decidido a conquistar Roma. Sua primeira tentativa de entrar em Roma acontecera muito antes, em 1849. Com o apoio dos nacionalistas de Mazzini e tendo ao seu lado Anita, consegue proclamar a República de Roma que dura pouco. Derrotado e perseguido por quatro exércitos – francês, espanhol, napolitano e austríaco – ele contava apenas com 3.900 soldados, dos quais 800 a cavalo. Na retirada, Anita grávida e doente, morre em Mandriole em 1849 aos 28 anos de idade.

Esta fracassada tentativa alertou Garibaldi sobre as dificuldades de transformar Roma na capital da Itália, mas não seu sonho. Não era suficiente vencer os exércitos papais. A França, especialmente, estava sempre pronta a intervir. Havia, também, a resistência dos católicos que eram a maioria absoluta da população. Na realidade para muitos os Estados Pontifícios não significavam apenas um território político, mas e especialmente um estado religioso. O próprio Papa insistia que, para o exercício de sua missão espiritual, havia a necessidade de um poder político.

Nem sempre o alvo principal deve ser a prioridade. Muitas vezes é preciso começar pelos contornos. E Garibaldi, como bom estrategista, sabia. Partiu para conquistar os arredores e esperou mais de trinta anos até alcançar o alvo principal: Roma, capital.

A tomada ou, como dizem os partidários da unificação, a libertação de Roma estava selada. O exército, comandado pelo general Cadorna, está diante dos muros. Entretanto, antes do assalto final, o rei Vittorio Emanuele II enviou ao papa uma carta e lhe suplica "con affetto di figlio e fede di cattolico", para não oferecer uma inútil resistência. No dia 20 setembro de 1870, as tropas italianas entram na cidade através da brecha da porta Pia. Finalmente o Reino da Itália tinha sua legítima capital.

O Papa Pio IX não ofereceu resistência, não reconheceu a legitimidade da invasão e, declarando-se prisioneiro do Vaticano, recolheu-se nos Palácios do Vaticano junto ao túmulo de São Pedro. O estado do Vaticano ficou um enclave no centro de Roma.

O Trentino e o Tirol, sob o domínio austríaco, seriam incorporados só em 1919.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XV)

ENFIM O COMEÇO DA ITÁLIA DOS NOSSOS IMIGRANTES

Uma vez traçado o mapa da Itália, para a maioria da população, a Itália teria chegado ao estágio de um Estado e uma Nação totalmente unificados. É verdade que, como foi dito acima, faltavam as regiões do Trentino e do Tirol, pertencentes ao Império austríaco. É bom lembrar que parte do Tirol anexada pela Itália é de fala alemã até hoje. A população seria mais austríaca do que italiana. O Tirol ficou dividido entre a Itália e a Áustria desde 1919 até hoje.

Insisto nesta observação porque essas duas regiões, Trentino e Tirol, desempenham um papel importante no processo de agenciamento de emigrantes para o Rio Grande do Sul, a partir de 1875.

Em 2 de outubro de 1871 votou-se a anexação de Roma ao Reino da Itália. É o fim do período das lutas. E os revolucionários não perderam tempo. Era preciso tomar posições definitivas antes que houvesse qualquer retrocesso. Assim, já em janeiro de 1871 se dá a transferência da capital, até o momento, sediada em Florença, para Roma. Imediatamente começa a transferência dos ministérios que é concluída em 1º de julho do mesmo ano. No dia seguinte, 2 de julho, Vittorio Emenule II fixa sua residência no Palácio Quirinal.

O estabelecimento dos limites geográficos da Itália a partir de 1871 não significou um ponto de chegada, ao contrário, agora começava o trabalho mais importante, o da construção de um Estado e de uma Nação. Ou, em outras palavras, a organização das instituições de poder e a definição da prática da cidadania. O Estado representa a organização funcional e a Nação representa a participação do cidadão.

Em palavras mais simples a unidade de um País deve reunir harmoniosamente as instituições administrativas e as organizações culturais populares, especialmente étnicas e religiosas. Um exemplo torna tudo mais compreensível. É o exemplo atual, conhecido por todos os que ouvem ou assistem os noticiários, é o da Iugoslávia. Após a primeira guerra mundial se estabeleceu o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos que formavam repúblicas autônomas. Em 1929 passou a chamar-se Iugoslávia, que significa País dos Eslovenos do Sul. Terminada a segunda guerra mundial o Território é ampliado e surge Joseph Broz Tito que governou a Iugoslávia, no início como primeiro ministro depois como presidente, de 1945 a 1980, quando faleceu. A unidade durou até o final dos anos oitenta, quando irrompe uma guerra civil que deixou milhares de vítimas. Assim foram restauradas as antigas repúblicas baseadas principalmente na unidade étnica e cultural. Ainda não acabou esse período de desmantelamento de um Estado que se mantinha graças a um poder centralizador, mas que encobria uma vasta diversidade cultural.

A Iugoslávia, no passado, teve muito mais importância para a Itália. Lá se fixaram imigrantes italianos, especialmente nas terras férteis da Bósnia e da Croácia. Onde, hoje, existem comunidades tipicamente italianas, segundo pesquisas da Universidade de Pádua.

Voltando à Itália. A unidade fundada somente nos limites geográficos sobrevive apenas com um governo centralizador e autoritário. A unidade de um país se consolida por meio de uma identidade nacional. E isto se faz com o estabelecimento de sólidas organizações administrativas, a definição das instâncias do exercício de poder e da identidade cultural da população ou na harmonização das diversidades.

A identidade nacional do Reino da Itália precisava ser construída em três níveis: o político, o lingüístico e o social.

Vamos começar pelo nível político.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XVI)

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Encerrado o período de conquistas de todos os estados, repúblicas, grãoducados, reinos e estados pontifícios, foi declarado o fim das iniciativas bélicas. Começava a difícil e complexa tarefa de construir o estado italiano, a Itália como um país unido e soberano.

Todos sabem mesmo os que possuem poucos conhecimentos em ciências políticas, que a identidade e a estabilidade de um país precisam de instituições sólidas e permanentes. Por isso a organização política consiste, modernamente, em elaborar uma constituição nacional que regulamenta o exercício do poder nas três instâncias: executivo, legislativo e judiciário. Na antiguidade, como na república romana, havia um quarto poder, o poder religioso, exercido pelos pontífices.

A Itália, como foi dito acima, era constituída de diferentes formas de organização política de acordo com o regime de governo. No caso italiano, os principais líderes da unificação estavam vinculados ao Reino do Piemonte. Os historiadores reconhecem que o Vitório Emanuele II, na verdade, pode ser reconhecido como o chefe supremo do processo de unificação. Entretanto, como já foi lembrado, havia uma divisão entre os principais promotores da unificação. Cavour, apoiado pelo rei, propunha o Reino da Itália; Garibaldi e Mazzini queriam a República. Acabou vencendo a idéia de Reino.

Solucionada essa questão, faltava estabelecer como seria sua organização. A solução mais fácil foi adotar a estrutura política do Reino do Piemonte. Mas os descontentamentos foram muitos. O primeiro conflito surge na nomeação do rei. Quem seria o rei? Os partidários piemonteses de Vitório Emanuele II conseguiram impor o seu rei. Faltava saber qual seria o nome, já que Vitório Emanuele seria o primeiro rei da Itália unificada, e ele era Vitório Emanuele II. Mais uma vez as cúpulas, sem consultar a população, decidiram que o primeiro rei da Itália levaria o nome de Vitório Emanuele II. Assim, a Itália teve o rei Vitório Emanuele II, sem ter o primeiro.

Esta imposição autoritária da transferência das organizações governamentais piemontesas para toda a Itália provou muitas críticas, embora sem resultados práticos, no processo de instalação do novo Estado Italiano. Os críticos insistiam que estava havendo um processo de "piemontização" da Itália. Desta forma, o Reino da Itália estava se transformando no Piemonte e não num novo Reino. A manutenção do rei, como Vitório Emanuele II, era o exemplo mais evidente.

A política de piemontização, insensível a todas as exigências e reivindicações de profundas mudanças sociais e econômicas, exigidas pela parte mais pobre e marginalizada do país, provocou muito desconforto e revolta. Foi neste cenário de descontentamento e de desencanto com a nova ordem que se consolidaram, entre os italianos, especialmente os mais desfavorecidos e desiludidos, as decisões de emigrar em massa atrás do sonho da América. Fenômeno que ficou registrado na história como o "maior êxodo de um povo na história moderna".

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XVII)

O PROVISÓRIO VIROU DEFINITIVO

A década de 1860-1870, período em que foi definida a quase totalidade do território da Itália atual, tornou-se fundamental para a formação do Estado italiano sob o ponto de vista jurídico e administrativo. Um projeto preliminar iniciou ser elaborado pelo governo do Piemonte desde meados de 1850 que, segundo os idealizadores, seria adotado provisoriamente para ser debatido posteriormente, mas ninguém teve a coragem de modificá-lo. Assim, o que era para ser provisório acabou sendo definitivo. Isto revela o caráter duvidoso do nascimento da Itália. Um País, como escreveu Deliso Villa, desejado por poucos, - os privilegiados -, feito às pressas e colocado numa estrutura provisória que não mais foi modificada.

Não se trata, aqui, de relatar toda a história da formação do Estado italiano moderno, mas apenas apresentar alguns aspectos que foram fundamentais para gerar o grande movimento emigratório, estranhamente, logo após a unificação.

Apesar da Itália apresentar uma organização, aparentemente, democrática com seu rei, primeiro ministro, um parlamento bicameral – senadores e deputados – governadores provinciais e prefeitos municipais, o poder estava centralizado na mão de alguns políticos e agentes econômicos. A população ficou totalmente marginalizada. O voto popular, que oferecia uma fachada democrática, estava ao alcance de um número reduzido de eleitores com alto poder econômico. Apesar de tudo, a jovem Itália avançava lentamente, ainda que, na prática é apenas uma parte do País que avança. A maior parte da população, que vivia da agricultura, ficou na pobreza, para não dizer na miséria, sem esperança de melhora.

Em termos gerais, pode-se afirmar que os primeiros anos da nova ordem política foi marcada por uma sociedade parada, uma situação financeira estatal deficitária e, para agravar o quadro, impostos insuportáveis. O governo chegou a criar a “tassa sul macinato” (tacha sobre a moagem), que foi definida pela população como o imposto sobre a fome. Como consequência houve uma revolta dos mais atingidos, os camponeses, que passou à história como a guerra do pão, tendo vitimado, entre mortos, feridos e presos, mais de cinco mil pessoas.

As forças de repressão, seja do poder público, seja dos patrões, vigiavam qualquer movimento suspeito. A chibata corria solta. As prisões eram freqüentes. O Estado, que não respeitava nem os pobres, passou a ser odiado. Neste contexto, onde uma revolta não se mostrava eficaz, parecia que não havia saída, ainda mais se for levada em conta que a sociedade italiana, na sua maioria, sempre se mostrara dócil e submissa. Muitos nunca saíam de seu vilarejo. Aí nasciam, viviam e morriam.

De repente, pela primeira vez, o trabalhador que nada possuía, melhor, que nunca havia possuído nada, descobriu que poderia mudar as coisas. Entendeu que também ele tinha dignidade, possuía poder, podia ter esperança. Concluiu que, se tinha dignidade, poderia, legitimamente, exercer seu poder, sem recorrer à violência, para realizar sua esperança de uma vida digna para si e para sua família.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XVIII)

OS DESERDADOS DA UNIFICAÇÃO

Um estudo mais atento do roteiro da grande emigração italiana revela que a maneira como foi desenhada a nova ordem política da Itália se transformou num fator fundamental para provocar a onda emigratória.

Primeiramente é preciso considerar que o projeto de unificação da Itália foi uma bandeira levantada por alguns intelectuais baseados na necessidade de romper com as antigas estruturas políticas medievais. Tal iniciativa foi de pronto apoiada por grande parte das elites políticas e econômicas dominantes, em nome de seus interesses e da manutenção de seus privilégios, caso o movimento fosse vitorioso.

Na verdade, o processo parecia irreversível diante da precária situação da Itália. Não se pode esquecer que a principal razão dos defensores da unificação fundava-se na constatação, reconhecida por todos, de que a Itália estava atrasada em relação aos demais países europeus, particularmente em relação à França, apontada, na época, como modelo de País moderno. A Itália, dividida politicamente como estava, jamais poderia sonhar em se tornar uma potência industrial. Somente a unificação abriria o caminho para a modernidade política e econômica, cujas bases seriam, de uma parte, um regime democrático; de outra parte, a industrialização.

Neste particular, certamente, todos estavam de acordo, pelo menos aqueles que defendiam um projeto de um País industrializado, economicamente forte e politicamente estável.

O ponto questionável estava na maneira como foi realizada a unificação. Os projetos de unificação dos países, via de regra, foram planejados em gabinetes fechados pelas classes dominantes. A população em geral não era consultada. Assim os interesses e os privilégios dos poderosos ficavam em primeiro plano, ainda que os discursos públicos promettessem melhoria de vida às classes mais pobres.

Um exemplo claro da pouca consideração com as populações aparece, inclusive, nos limites geográficos. Por exemplo, o Tirol era e é uma região habitada por uma etnia com cultura, língua e costumes próprios, entretanto, hoje o seu território está dividido entre a Áustria e a Itália. Assim, os tirolezes da Áustria são cidadãos austríacos e os da Itália são cidadãos italianos. Pelo mundo há muitos exemplos destas aberrações. O Brasil não escapou de cometer o mesmo desrespeito cultural. Quem conhece a história indígena do Brasil sabe que a tribo Yanomami é, ainda hoje, bastante numerosa. Os Yanomami, na verdade, não possuíam um território delimitado, mas a região onde viviam e vivem, quando da demarcação das fronteiras com a Venezuela, foi cortada em duas partes. Assim, há Yanomami que são venezuelanos e outros que são brasileiros.

A questão sócio-cultural não é tão simples como muitos pensam. Ela é sumamente complexa e, portanto, merece mais atenção.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XIX)

OS EXCLUÍDOS DA UNIFICAÇÃO

Cavour, por ocasião da proclamação do Reino da Itália, em março de 1861, reconhecia que, depois de ter feito a Itália, era preciso fazer os italianos. Tal anúncio admitia que o italiano, como nacionalidade, não existia. Havia Vênetos, Friulanos, Toscanos, Napolitanos, Piemonteses, Tirolezes, etc. Era preciso construir uma identidade comum sob o título de Italianidade superando as diversidades.

A história, infelizmente, mostrou que não houve muita sensibilidade para com essas diferenças. Construir um País unificado, como foi dito, não se resume na questão geográfica e na organização política, mas também na harmonização das populações atingidas nestes processos. Os procedimentos utilizados, em geral, privilegiaram uma metodologia homogeneizante que descaracteriza as diferenças culturais regionais e étnicas e favorece os possuidores de poder e de riqueza.

Atualmente, mesmo depois da unificação de diferentes países, tenta-se recuperar as diversidades culturais, tendo como prioridade a preservação das falas ou dialetos do passado. Um exemplo, talvez, o mais reconhecido de preservação das diversidades sem prejuízo para a unidade, é a Suíça. A unificação da Suíça preservou, através da organização em cantões, uma maneira original de preservar, no interior de um mesmo Estado, três culturas, três etnias e três línguas: o francês, o alemão e o italiano.

Lembrando, novamente, o que foi dito de que a Itália foi unificada em benefício de alguns e, conseqüentemente, em prejuízo da maioria, era de se prever que haveria possíveis reações de resistência. E aconteceram. Vejamos duas reações, uma no norte e outra no sul..

A do norte é a mais significativa. Vou resumir o que escreveu Deliso Villa. Segundo ele, na sociedade liberal não há socorro, nem contra a miséria nem contra a desqualificação. Um exemplo esclarecedor desta prática aconteceu na região de Montello, perto do Piave. Ali havia uma área 6.000 hectares de bosque, doada pela República, há vários séculos, para um grupo de pessoas que chegaram a alguns milhares. Eram conhecidos como os *bisnuti* (ou seja, duas vezes nada, porque eram pobretões, sem valor) e também "comunistas" porque usavam as terras comuns. Quando o Vêneto, em 1866, foi anexo à Itália, o bosque passou às mãos do Estado Italiano que de pronto confiscou o que havia.. Os *bisnuti* tentaram resistir. O exército interveio. Uma parte morreu na resistência, outra parte morreu de febre amarela. A maioria emigrou, entre 1886 e 1895, para o Brasil, principalmente para São Paulo, como substituição da mão escrava nas plantações de Café.

No sul a revolta foi mais violenta. Os camponeses se rebelaram exigindo do governo a reforma agrária das terras dos maus patrões, aliás, prometida. Os Bourbons, antigos reis de Nápoles, estavam por trás apoiando. Os revoltosos se refugiaram nas montanhas. Resistiram por mais de cinco anos. O governo se obrigou enviar 120 mil soldados. E quando o exército entra em ação, já se sabe, não é para distribuir flores e nem para apoiar as reivindicações populares. O governo precisava do apoio dos latifundiários.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XX)

A SURPREENDENTE REAÇÃO DOS DESERDADOS

As resistências pontuais baseadas na força não surtiram efeito. O exército era numeroso, forte e bem treinado desde as lutas pela unificação. Por este caminho não havia saída para os deserdados. E ainda é preciso considerar que a grande massa popular não tinha o hábito de se revoltar.

Os deserdados não suportando mais as condições de vida, numa maneira surpreendente, começaram olhar em outras direções e descobriram uma saída pacífica e diferente, o porto de embarque. Começava escancarar-se as portas para a América.

Pouca importância se deu a um processo emigratório como uma forma de resistência ao um governo excessivamente centralizado e distante da população, insensível às suas reclamações.

Esses camponeses, sem perspectivas de futuro, viram, no sonho de uma nova Pátria, sua libertação do fatalismo do destino, dos padrões opressivos, de um governo imobilizado em seus gabinetes. E o governo demorou perceber a extensão da onda emigratória. Todos conheciam as emigrações para a França, a Alemanha e outros países europeus porque sempre houve um fluxo regular de emigrantes. Mas as proporções da emigração para as Américas demoraram ser reconhecidas pelos governantes. Houve, é preciso admitir, alguns projetos de lei sobre a emigração, apresentados no Parlamento por ministros e deputados, mas nenhum deles foi examinado.

Quando o esvaziamento da Itália começou ser notório e a mão de obra na agricultura começava escassear, o governo resolveu agir. Mas, mais uma vez, agiu equivocadamente. O Governo central, em lugar de escutar a população, encarregou seu Ministro do Interior para elaborar um sistema de propaganda que desencorajasse a Mania da América. Este recorreu aos governadores para que divulgassem, ao máximo, histórias tristes, mesmo tragédias de naufrágios, sobre a emigração. Essas histórias eram tiradas dos jornais e, especialmente, de cartas enviadas pelos parentes para serem fixadas nas portas das igrejas, nas câmaras municipais e nas escolas.

A campanha não surtiu o resultado esperado, isto porque, o governo já estava desacreditado diante do não cumprimento das promessas feitas durante o processo de unificação. Agora era tarde. Além disso, chegavam, também, cartas relatando o sucesso alcançado por muitos imigrantes, depois de passar por sacrifícios. Diziam: terras havia em abundância, as mesas eram fartas e o futuro era promissor. E não faltaram convites a parentes e amigos para que também emigrassem.

O fato mais importante desta onda migratória está na consciência adquirida pelos agricultores de que o patrão, antes todo onipotente, nada podia fazer para detê-los na sua marcha para a América. E, como um gesto de provocação diziam: "Lavorateve il vostro badile" (manuseai a vossa pá). Essa descoberta surpreendente da própria força se constituiu numa grande e verdadeira revolução pacífica jamais vista.